



## XVI ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Desafios e Perspectivas da Internacionalização da Construção  
São Paulo, 21 a 23 de Setembro de 2016

# AS REMOÇÕES PARA A COPA DO MUNDO DE 2014: AS DIFERENTES PERCEPÇÕES SOBRE O MEGAEVENTO NA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS<sup>1</sup>

**SILVA, Gabriela (1); PORTELLA, Adriana (2); PEREIRA, Gisele (3)**

(1) Universidade Federal de Pelotas, e-mail: gs.arq@hotmail.com.br; (2) Universidade Federal de Pelotas, e-mail: adrianaportella@yahoo.com.br; (3) Universidade Federal de Pelotas, e-mail: gisele\_pereira@hotmail.com

### RESUMO

Este artigo aborda questões relacionadas às remoções forçadas de famílias em função de obras destinadas a preparação das cidades-sede no Brasil para a Copa de 2014. Essas remoções são caracterizadas pela falta de respeito aos direitos humanos, principalmente ao direito à moradia. O objetivo central é comparar a percepção de diferentes grupos de usuários quando à Copa do Mundo de 2014: pessoas que vivenciaram as remoções e pessoas que não vivenciaram esse processo. Para isso, teve-se como estudo de caso a duplicação da Avenida Tronco, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, visto que tal obra foi dada inicialmente como o principal legado para a cidade, por proporcionar melhorias na mobilidade e também por existir um projeto habitacional. Os resultados evidenciaram que a população removida não foi contra a realização do megaevento, mas sim contra a maneira com que as remoções estão sendo lidadas, caracterizadas pela falta de respeito e diálogo. Com relação às pessoas que não vivenciaram a remoção, há grande aceitação do megaevento, sendo divulgado como oportunidade para novos investimentos de acordo com a Prefeitura. Espera-se que os resultados desse estudo sirvam como subsídios teóricos para os próximos megaeventos, havendo maior atenção aos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Copa do Mundo. Remoção. Percepção. Direitos humanos.

### ABSTRACT

*This article approaches topics related to the forced removal of families due to works designed to the preparation of the host cities in Brazil for the Cup 2014. These removals are featured for the lack of respect for the human rights, mainly for the right to Housing. The central goal is to compare the perception of different groups of users towards the World Cup in 2014: people who went through the removals and people who haven't gone through it. For this, it was had as a study of case the duplication of Tronco Avenue, in Porto Alegre, capital of Rio Grade do Sul, since such a work was initially carried out as the main legacy for the city, for providing improvements in the mobility and also for having a housing project. The results showed that the removed population wasn't against the megaevent, but against the way the removals are being dealt with, featured by the lack of respect and dialogue. About the people who haven't gone through the removals, there's a great acceptance, being said as a great opportunity of new investments, according to the City Hall. It is expected that the*

---

<sup>1</sup> SILVA, Gabriela; PORTELLA, Adriana; PEREIRA, Gisele. As remoções para a copa do mundo de 2014: as diferentes percepções sobre o megaevento na cidade de Porto Alegre. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 16., 2016, São Paulo. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2016.

*results of this study help as theoretical subsidies for the next megaevents, having more attention to the human rights.*

**Keywords:** World Cup 2014. Removal. Perception. Human rights.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2014, o Brasil sediou os jogos da Copa nas seguintes cidades: Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), São Paulo (SP), Cuiabá (Mato Grosso), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Recife (PE), Salvador (BA) e Porto Alegre (RS). De acordo com o Governo, tal escolha esteve relacionada ao crescimento do país como um todo, o que proporcionou a irradiação de investimentos e o desenvolvimento, atendendo todas as regiões (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2011).

A partir disso, grande parte da população comemorou, inicialmente acreditando que o megaevento seria a grande oportunidade para grandes transformações ocorrerem, além de mostrar a capacidade do Brasil em sediar um evento desse porte (PAULA, 2015). Porém, em junho de 2013, duas semanas antes da Copa das Confederações, o país se pôs diante de uma grande manifestação, que focava majoritariamente em problemas como os gastos com as obras de preparação do país para os jogos da Copa do Mundo de 2014, bem como das Olimpíadas de 2016 (FARIAS, 2014).

Segundo o relatório de Rolnik (2014a), o momento de preparação para a Copa do Mundo de 2014 deveria ser utilizado para reurbanizar áreas onde vivem pessoas de baixa renda, bem como planejar obras de mobilidade urbana que atendessem as prioridades de deslocamento da população na cidade. Entretanto, o que aconteceu foram remoções, muitas vezes caracterizada pela falta de informação e respeito, não havendo a participação das comunidades atingidas nos projetos, distanciando-se dos direitos humanos e à moradia (ROLNIK, 2014b).

De acordo com denúncias feitas pela ANCOP (2014) sobre a violação de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) relacionados à moradia adequada, 250 mil pessoas estão sendo removidas de suas residências para atender obras relacionadas ao megaevento (ver Figura 1). Em geral, a justificativa para as remoções dessas famílias esteve relacionada à falta de registro do terreno, uma vez que as áreas apropriadas pertencem ao Poder Público. Contudo, conforme o art. 183 da Constituição Federal (1988) há o reconhecimento de posse de espaços públicos ou privados por pessoas que não possuem condições de acesso à moradia.

Mesmo com a existência da lei, não há o pagamento de indenizações e quando essas existem, contemplam apenas a benfeitoria (residência) (MARINHO, CAMPAGNANI e COSENTINO, 2014; ROLNIK, 2014a). Em outras situações, houve o pagamento do aluguel social, correspondendo entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00, impossibilitando a permanência da pessoa no bairro ou até mesmo na mesma cidade (ROLNIK, 2014a), tolhendo-as de usufruir do legado deixado para a cidade. Logo, essa conjuntura transformou a vida de muitas comunidades removidas, sendo marcada pela (i) falta de

informação, (ii) falta de transparência nas ações promovidas pelo poder público, (iii) falta de participação das comunidades atingidas, (iv) violação dos direitos humanos e (v) violação do direito à moradia adequada (ROLNIK, 2014a).

Figura 1 – Residência demolida na Avenida Tronco, Porto Alegre, em 12/06/2014.



Fonte: SILVA (2015).

Os problemas enfrentados pelas comunidades removidas devido às obras de preparação para a Copa do Mundo 2014 em todas as cidades-sede vão muito além do que abrange a própria residência. De maneira geral, as pessoas perderam o vínculo social ao deixar seu bairro de origem para morar em áreas e/ou cidades diferentes. O acesso à educação e à saúde, que antes eram próximos à residência, agora só é possível com transporte público ou individual (automóvel), o que geralmente se torna caro. Quanto ao emprego, muitos precisaram procurar um novo, o que pode demorar e a família ficar sem renda por tempo indeterminado. À vista disso, o sentimento de vizinhança é desfeito, visto que seu conceito se trata de uma interação social, considerando o indivíduo dentro de um grupo social de amigos, parentes ou vizinhos. Essa convivência traz além do convívio social, o sentimento de união, que pode trazer benefícios para o local em que moram, bem como oportunidades de emprego. Entretanto, essa relação é desfeita ao passo que os moradores são coagidos a morar em outra área que abrange periferias ou cidades arredores das capitais (ROLNIK, 2014a; CASTRO e NOVAES, 2015).

A partir disso, o presente artigo aborda os problemas relacionados às remoções de pessoas considerando a forma com que elas foram, e ainda estão sendo, retiradas de suas casas, devido às obras de mobilidade urbana e infraestrutura para os jogos da Copa do Mundo de 2014. Essas remoções

ainda acontecem em 2016, pois várias obras não foram finalizadas a tempo para o megaevento.

## 2 OBJETIVO

Tendo em vista a problemática exposta, o objetivo geral é investigar a percepção de diferentes grupos de usuários (pessoas que passaram pelo processo de remoção, pessoas que não passaram pelo processo de remoção e servidores do Departamento Municipal de Habitação) quanto à Copa do Mundo de 2014, a fim de identificar qual o legado deixado pelo megaevento para a população. O intuito de analisar a percepção de diferentes grupos de usuários quanto ao megaevento esportivo tem como foco verificar se o processo de remoção interfere na percepção das pessoas atingidas.

Para atender ao objetivo proposto, teve-se como estudo de caso a cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, dado que essa, assim como as demais cidades-sede, apresentou investimentos para atender ao megaevento desencadeando a remoção de 31.238 pessoas em diferentes áreas da capital.

Dentre as obras que estavam associadas ao megaevento através da Matriz de Responsabilidades da Copa, a ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho causou a remoção de 13.351 pessoas da Vila Dique, Nazaré e Floresta. A reurbanização do entorno da Arena do Grêmio (centro de treinamento para a Copa), atingiu 3.150 pessoas da Vila Santo André. As obras do entorno do estádio Beira-Rio removeram 315 pessoas da Ocupação 20 de Novembro e a duplicação da Avenida Tronco atingiu 6.862 pessoas. Por último, para os projetos relacionados ao PISA (Projeto Integrado Socioambiental) 7.560 pessoas estão sendo removidas (ANCOP, 2014; CASTRO e NOVAES, 2015).

A partir disso, escolheu-se a Avenida Tronco, bairro Cristal, localizada na Zona Sul da capital, como foco deste estudo (ver Figura 2). Seu principal objetivo era criar uma rota alternativa que ligasse a Zona Sul com Área Central e Zona Norte, servindo de apoio nos dias dos jogos, além de propiciar a execução de um projeto habitacional para as famílias atingidas pelas remoções (SECOPA, 2014). A previsão para seu término, que era para junho de 2014, passou para final do ano de 2017, segundo o Relatório de obras de Mobilidade Urbana da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2015).

Assim sendo, este estudo visa reforçar a discussão de que o momento da Copa de 2014 deveria ser utilizado para reurbanizar áreas onde vivem pessoas de baixa renda, planejar obras de mobilidade urbana que atendam as prioridades de deslocamento da população na cidade, bem como viabilizar um projeto habitacional para as pessoas atingidas pelas remoções.

Figura 2 – Indicação dos quatro trechos a serem duplicados na Avenida Tronco, em Porto Alegre.



Fonte: Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (2014).

### 3 METODOLOGIA

Múltiplos métodos de coleta e análise de dados foram aplicados, permitindo cruzar informações e validar resultados, dando maior credibilidade e confiabilidade à pesquisa (SOMMER e SOMMER, 2002). Os métodos selecionados para a coleta de dados desta pesquisa são representados em duas etapas: (i) levantamento de arquivo e (ii) levantamento de campo.

Primeiramente, através da Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 (SECOPA) foram coletadas informações sobre o projeto viário de duplicação da Avenida Tronco e o projeto habitacional referentes às moradias destinadas às famílias que vivem o processo de remoção, a fim de dar subsídios para iniciar o levantamento de campo. Nesta segunda etapa, os seguintes métodos foram utilizados: (i) grupo focal, (ii) questionários e (iii) entrevistas.

O método do grupo focal, tipo de entrevista realizada com um grupo específico de pessoas com o intuito de explorar o que pensam e sentem sobre determinado assunto (SOMMER e SOMMER, 2002), foi utilizado com as pessoas atingidas pelas remoções da duplicação da Avenida Tronco, bairro Cristal, com o propósito de analisar a percepção delas sobre a situação das remoções no local. O encontro aconteceu no dia 22 de outubro de 2014 com a presença de apenas quatro moradores. O baixo número pode ser explicado pela falta de comunicação entre a diretora e outros funcionários da escola que desconheciam a realização da atividade e não souberam informar sobre a reunião quando algum morador entrava em contato.

O questionário foi aplicado via *internet*, sendo posto *online* no dia 16 de setembro de 2014 e dado como finalizado no dia 6 de outubro de 2014, obtendo o total de 166 respondentes. Sua aplicação avaliou a percepção

dos respondentes quanto à Copa do Mundo de 2014 do grupo de usuários que não passaram pelo processo de remoção.

Por fim, quatro entrevistas foram aplicadas com o grupo de usuários atingidos pelas remoções na Avenida Tronco, bairro Cristal, nos dias 16 e 18 de dezembro de 2015. Objetivou-se completar informações adquiridas pelo método do grupo focal. A diferença de tempo comparada com a aplicação do grupo focal possibilitou validar questões já exploradas. Este método também foi aplicado com dois servidores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, responsáveis pelas obras na Avenida Tronco. Observou-se que para os outros cinco trabalhadores contactados que se recusaram a colaborar, o assunto era considerado impróprio para a entrevista. O método foi aplicado no dia 26 de setembro de 2014 e 17 de outubro de 2014.

#### 4 RESULTADOS

O processo de remoções na cidade de Porto Alegre abrangeu aproximadamente 31.238 pessoas (ANCOP, 2014). Na Avenida Tronco 1.525 famílias estão saindo de suas casas para que a obra seja realizada: 656 famílias ainda residem no local (ver Figura 3), 499 famílias optaram pelo bônus moradia oferecido pela Prefeitura da cidade no valor de R\$ 52.340,00, 195 famílias optaram pelo aluguel social também oferecido pela Prefeitura no valor de R\$ 500,00 e 175 famílias receberam indenizações (DEMHAB, 2015b).

Figura 3 – Área de remoções na Avenida Tronco, Porto Alegre, em 12/04/2015.



Fonte: SILVA (2015).

Segundo os participantes do grupo focal, a falta de respeito e de diálogo, de informação e de participação das comunidades atingidas no projeto viário e habitacional são os principais pontos negativos diante das remoções.

Com relação aos baixos valores oferecidos pelos Programas do Governo, as famílias foram obrigadas a sair do bairro atual para áreas distantes do centro ou até mesmo para outras cidades da Grande Porto Alegre e litoral. Em decorrência disso, muitas famílias juntaram seus bônus moradia e aluguel social para a compra ou aluguel de outro imóvel. Outras fizeram empréstimos para completar o valor dado pela Prefeitura e assim viabilizar a compra de uma residência em Porto Alegre. Entretanto, mesmo com essas soluções encontradas pelas pessoas, os imóveis contidos no orçamento estavam localizados na periferia de Porto Alegre.

Tendo em vista os problemas associados às localidades das novas residências e a dificuldade em arranjar um emprego nessas regiões, as comunidades em conjunto com integrantes da Articulação Nacional da Copa (ANCOP) fizeram uma seleção de terrenos ociosos no próprio bairro Cristal para a Prefeitura desapropriar e construir habitações populares a partir do Programa Minha Casa Minha Vida. Depois de muita pressão e persistência dos moradores, 17 terrenos foram desapropriados num raio de 2 km da Avenida Tronco, entretanto, as construções não começaram até o momento (2016) e não há previsão para seu início, pois os projetos ainda estão em processo de aprovação. Entretanto, conforme os servidores da Prefeitura, o principal legado proveniente da Copa do Mundo é o projeto habitacional, possibilitando a qualidade de vida da população atingida.

A partir do grupo focal, outros problemas encontrados pelos moradores foram a quantidade de lixo no local e os escombros não retirados das casas demolidas, fazendo com que muitos se machucassem com ferros e pregos, bueiros abertos, o que ocasionou aumento na quantidade de transmissores de doenças (ver Figura 4). Algumas residências que estavam semidemolidas foram refeitas após a demolição, virando locais de uso de drogas e pontos de tráfico, aumentando a violência no bairro. Essa situação acabou obrigando famílias a aceitarem o bônus moradia ou aluguel social do Programa do Governo Federal para sair do local, visto que a insegurança se tornou um problema no bairro. Segundo as entrevistas com os moradores da Avenida Tronco *"muitas vezes eu tive que trabalhar com bandido do lado, aqui, armado"*.

Tal fato é contraditório com o que a Prefeitura afirma, já que essa diz haver policiamento diário e quando ocorre a reconstrução de casas já demolidas para pontos de venda de drogas, esses são retirados pela Brigada Militar. Além disso, os servidores relatam que os terrenos são cercados, evitando o depósito de lixo e invasão.

Em termos de legado, as entrevistas com as pessoas atingidas pelas remoções não identificaram aspectos positivos, pois todas as melhorias estiveram relacionadas ao estádio e ao turismo, todavia, conforme o grupo focal, mesmo que tais melhorias tragam benefícios para a cidade, *"custou muita dor e muito sacrifício para as famílias que foram removidas"*.

Figura 4 – Área de remoções na Avenida Tronco, Porto Alegre, em 12/07/2014.



Fonte: SILVA (2014).

Em contraposição aos relatos dos moradores atingidos, os servidores entrevistados garantiram que os direitos das comunidades foram respeitados, havendo cumplicidade entre os moradores e a Prefeitura e um canal de comunicação acessível. Com relação às unidades habitacionais a serem construídas, os servidores entrevistados da Prefeitura afirmaram que o fato de as famílias não terem despesas quanto ao pagamento do novo imóvel a partir do bônus moradia proporcionou maior motivação nas comunidades, fazendo com que 90% das famílias atingidas ficassem a favor da negociação.

Com relação à população não atingida pela remoção, os dados do questionário demonstraram que 66,9% dos respondentes gostaram da Copa do Mundo no Brasil e a classificaram como organizada. Ainda, 72,3% acreditam que o megaevento ajudou a divulgar a capital gaúcha como destino turístico, sendo avaliada por 52,5% como boa durante os jogos. Com relação às melhorias de infraestrutura, 56,1% julgaram as obras do entorno do estádio Beira-Rio como positivas para a cidade, todavia, apenas 25,3% sabiam das remoções em Porto Alegre que englobam aquelas localizadas no entorno do estádio, referente à comunidade 20 de Novembro, 26,5% não tinham conhecimento sobre tal processo e 41,6% já havia ouvido falar mas não tinham noção do alto número de pessoas envolvidas. Ainda, 67,5% não conhecem o Programa de Aluguel Social oferecido pelo Governo Federal.

No que diz respeito às pessoas que assistiram aos jogos no estádio Beira-Rio, 74,2% consideraram boa a preparação de Porto Alegre para a chegada das pessoas ao estádio. No que tange à Copa do Mundo no país, apenas 24,7% acreditam que sua realização foi negativa devido a problemas de roubo, corrupção e discriminação com as classes menos favorecidas. No entanto,

56,6% dos respondentes têm uma renda salarial entre Classes A, B e C (segundo critérios da Fundação Getúlio Vargas, 2011), tendo 79,5% plano de saúde, não dependendo de atendimentos públicos que, de fato, precisam de melhorias.

Conclui-se que a percepção por parte da parcela da população não removida se torna positiva sobre o megaevento, todavia destaca-se a falta de conhecimento de grande parte de situações que poderiam ser motivos para essa visão mudar.

## 5 CONCLUSÕES

A partir do grupo focal e das entrevistas com os moradores que vivem o processo de remoção na Avenida Tronco é possível afirmar o descontentamento desse grupo de usuários com relação às remoções no bairro Cristal. Os moradores declararam como aspectos negativos: (i) falta de respeito e diálogo com o Departamento Municipal de Habitação, (ii) falta de participação das comunidades atingidas, (iii) baixos valores oferecidos pelos Programas do Governo e para as indenizações, (iv) pressão psicológica por parte do Departamento Municipal de Habitação para aceitar Programas do Governo (aluguel social e bônus moradia), (v) sem perspectiva da construção das unidades habitacionais no bairro, (vi) aumento da violência no bairro, (vii) aumento de lixo no bairro e (viii) possibilidade de compra (a partir da indenização ou bônus moradia) ou aluguel (a partir do aluguel social) somente em lugares afastados.

Dentro dessa problemática, os moradores da Avenida Tronco não se manifestaram contra a Copa do Mundo, mas sim contra a forma que o Governo está atendendo as remoções, visto que nunca houve o planejamento de um projeto social. Tal situação atinge diretamente o legado do megaevento, que deve ser planejado para que a população como um todo seja beneficiada, aumentando a qualidade de vida (PAIVA, 2013).

Os entrevistados do DEMHAB afirmaram que o projeto social é prioritário nas obras da Avenida Tronco, advindo em função do megaevento, contudo não há previsão para o início das obras. Esse grupo de usuários promoveu positivamente a imagem do projeto viário e habitacional, bem como da Copa do Mundo.

Com relação ao grupo de usuários que não vivenciou a remoção, evidencia-se a percepção positiva diante do megaevento, avaliando-o como organizado e positivo independente do legado. Todavia, grande parcela desconhece o processo de remoção em Porto Alegre, bem como programas do Governo Federal.

Por fim, se o legado deixado para Porto Alegre estiver relacionado às obras inacabadas, mas que um dia serão concluídas, essas irão beneficiar apenas aqueles de maior poder aquisitivo, os quais usufruirão das vias de duplicação. Para as comunidades mais carentes ainda não se pode falar

em legado, já que a construção das habitações prometidas não começou e está sem data para tal. Da mesma forma, essas comunidades ainda lutam com a esperança de que essa situação se resolva respeitando seus direitos à moradia adequada.

## REFERÊNCIAS

ANCOP. **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil**. Brasil:

Brasil, 2014. Disponível em:

<[https://br.boell.org/sites/default/.../ancop\\_dossie2014\\_web\\_boellbrasil.pdf](https://br.boell.org/sites/default/.../ancop_dossie2014_web_boellbrasil.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CASTRO, D. G.; NOVAES, P. R. Copa do Mundo 2014 e os Impactos no Direito à Moradia: uma análise das cidades-sede brasileiras. Organização do texto: JUNIOR, O. A., GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. **Brasil: o impacto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2015.

FARIAS, A. **Uma história das Copas do mundo. Futebol e Sociedade**. São Paulo: Armazém da Cultura, 2014, 577p.

MARINHO, G., CAMPAGNANI, M.; COSENTINO, R. Brasil. Organização do texto: PAULA, M.; BARTELT, D. D. **Copa para quem e para quê?** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Stiftung, 2014.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Primeiro balanço para a Copa do Mundo de 2014**. Brasil: Ministério do Esporte, 2011. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/futebol-e-direitos-do-torcedor/copa-2014/cidades-sede>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

PAIVA, E. K. G. **A cidade para o cidadão. O legado urbano dos Jogos Olímpicos**. Brasília, 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.

PAULA, M. A Copa do Mundo de 2014: legados e desafios. **Solidar**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2015/06/15/copa-do-mundo-2014-qual-foi-o-legado>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

ROLNIK, R. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. In:\_\_\_\_\_. **Brasil em jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo, 2014a, 92p.

\_\_\_\_\_. No final das contas, 2014 não teve caos nem legado. Blog da Raquel Rolnik. São Paulo, 2014b. Disponível em:

<<https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/12/02/no-final-das-contas-2014-nao-teve-caos-nem-legado/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SECOPA. Material fornecido pela Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 sobre as obras da Avenida Tronco. Porto Alegre: SECOPA, 2014.

SOMMER, R.; SOMMER, B. **A practical guide to behavioral research: Tools and techniques**. Oxford: Fifth Edition, 2002, 380p.